



III EREPEG

Retrospectivas e Perspectivas Curriculares para
o Ensino de Geografia
Campina Grande – novembro/2016

O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DAS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA

Micaelle Amancio da Silva
Universidade federal de Campina Grande
amanciomicaelle@outlook.com

RESUMO

O presente artigo não faz uma discussão diretamente voltada para o ensino da Geografia, mas realiza uma análise de um instrumento que é bastante presente e influente no ensino desta disciplina, o livro didático. Este trabalho tem como objetivo analisar o livro didático, a partir do seu uso, como instrumento das relações de poder que permeiam a escola. Entende-se a Escola como um território, onde diferentes conflitos ocorrem a partir das relações existentes entre os sujeitos que compõem esse espaço, nisso o livro didático, devido a sua importância como recurso no processo de ensino-aprendizagem, acaba por se tornar um objeto de interesse desses sujeitos. O mesmo pode ser utilizado apenas como mais um recurso didático ou pode se tornar um objeto de reprodução ideológica, tendo em vista os conteúdos que estão nele contidos e da forma que se apresentam. Para realização desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores que abordam esta temática, associando a uma abordagem empírica.

Palavras-chave: Escola; Geografia; Livro Didático;

1. INTRODUÇÃO

Entendendo que o território é tido como um espaço delimitado pelas relações de poder, a Escola pode ser definida como tal, já que o espaço escolar é repleto destas relações. A mesma é um cenário de encontro de diferentes e diversos “atores”, que atuam constantemente de acordo com o que lhes convém. Sendo assim, a Escola se transforma num espaço de conflitos, gerados pelas defesas dos interesses de cada ator.

O livro didático, como elemento da escola, também está inserido nessas relações de poder e torna-se alvo de disputa destes diferentes interesses que permeiam a referida Instituição. Essa importância conferida ao mesmo se dá pelo fato deste livro ter se tornado um dos principais recursos a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem, em muitas escolas é apenas o único, com a existência de professores reprodutores de conteúdos expressos nos livros didáticos. Nisso, este recurso se tornou um objeto propício para a consolidação do currículo e, conseqüentemente, objeto de reprodução ideológica daqueles que exercem o poder, o Estado Capitalista.

Mas, entendendo a escola como um espaço de conflitos e de diferentes interesses, o livro didático pode ser utilizado de outras formas, que vão contra a reprodução de ideologias dominantes. Sendo utilizado apenas como mais um recurso a auxiliar ao desenvolvimento do ensino e na construção do conhecimento por parte do aluno. Nisso, esse trabalho tem como objetivo analisar o livro didático inserido nessas relações de poder, identificando os diferentes usos e interesses atribuídos ao mesmo.

Visando atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para tecer uma fundamentação teórica a respeito do livro didático, buscando autores que discutam sobre o uso e a produção do livro didático, associada a uma discussão empírica sobre tal temática. Na qual pode-se identificar os diferentes objetivos e interesses que permeiam esse recurso didático, sendo este tido como instrumento de reproduções ideológicas, mas também como um mero recurso didático.

2. O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO: UM OBJETO PERMEADO DE INTERESSES

Parte-se da ideia de que a Escola consiste em um espaço territorial, no qual diferentes agentes se encontram, coexistindo, muitas vezes, em uma relação conflituosa. De acordo com Souza (2007, p. 86) o território “é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. Nesta concepção pode-se entender tal instituição como território, uma vez que a Escola é um espaço, que devido a sua importância na sociedade, como formadora de cidadãos, torna-se alvo e espaço de vivência de diferentes sujeitos, que buscam dominar ou sobrepor os seus interesses.

O livro didático faz parte desse território, entende-se que o mesmo, que é tido como um dos principais recursos didáticos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, também é alvo de disputas destas relações. O mesmo apresenta-se como o instrumento mais eficaz e viável para a consolidação do currículo, este que por sua vez está incumbido de interesses de uma face do poder.

Entretanto, essa não é a única função atribuída a este livro, diferentes interesses o rodeiam. Assim, o mesmo deixou de ser tido apenas como um mero recurso didático, se tornando elemento importante e atuante na formação do território escolar. O livro didático (doravante LD) se constitui como um dos principais recursos didáticos a ser

utilizado em sala de aula. Batista (1999, p. 534) define-o como “aquele livro ou impresso empregado pela escola, para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação”. Entretanto o mesmo não pode ser considerado como um mero instrumento de ensino-aprendizagem, uma vez que desempenha papel relevante nas relações de poder existentes na Escola e gera conflitos de ideias entre aqueles que o produzem e os que o usam. A partir desta perspectiva Ferreira (2012, p. 28) define-o como:

[...] objeto de expressão da cultura escolar, registro de uma época ou de uma sociedade, sendo esse um instrumento ou recurso didático, e ao mesmo tempo, uma valiosa fonte de pesquisa histórica que permite desvendar elementos da composição curricular. Ainda é revelador das metodologias políticas disciplinares, valores culturais, interesses econômicos e sociais estabelecidos, a partir do poder exercido pela escola e de toda uma simbologia que a envolve enquanto instituição educativa.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, assim como todo o contexto escolar, o LD é conotado de verdades e discursos daqueles que exercem o poder. Salles (2010, p. 09 apud FERREIRA, 2012, p. 34) compreende o LD “como um produto produzido por grupos sociais que intencionalmente ou não, perpassam sua forma de pensar e agir, portanto, suas identidades, culturas e tradições”. Deste modo ele é tido como modo de reprodução de ideologias, é utilizado para a legitimação das relações de poder.

[...] o livro didático se torna um dispositivo no qual convergem relações de saber e poder, pois se sustenta em formas, maneiras, regulamentos e regras provenientes de diversas fontes localizadas no interior e no exterior do livro (Palacio; Ramírez, 1998; Aristizábal, 2006), que delineiam ou configuram os conhecimentos que o sistema educacional considera como legítimo e verdadeiro, sendo o principal veículo de transmissão da cultura escolar institucionalizada. (DÍAZ, s/d., p. 612-613)

Marcelo Santos (2013) faz uma discussão do LD analisando-o a partir de duas vertentes: a do livro como suporte, que incide em entendê-lo como objeto material no qual textos encontram-se inseridos; e de gênero discursivo, que concerne em compreendê-lo como reprodução de uma ideologia, onde várias vozes e discursos se intercalam. Mas, depois de algumas considerações o mesmo conclui que este recurso constitui-se como um gênero discursivo ao afirmar que: “o LD é mais do que um

suporte. Os aspectos dialógico, sócio histórico e funcional encontrados nele o caracterizam como um gênero discursivo (Idem, 2013, p. 24)”.

Dando ênfase a esta ideia, Choppin (2007 apud, FERREIRA, 2012, p. 34) diz que o LD tem o papel de “um objeto cultural que carrega funções múltiplas, sendo instrumento de aprendizagem comum na propagação do saber escolar. Ele porta-se como veículo de transmissão de ideologias e culturas, se configurando em um suporte educativo de conteúdos e leituras”. A partir disso pode-se assinalar este livro como um objeto que está inserido em uma rede bem mais complexa e que apresenta relações com os setores culturais, políticos e econômicos da sociedade, enfim, um elemento que sofre influências de múltiplas esferas do poder. Destarte os LD são:

[...] instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. [...] Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo (FONSECA 1999, p. 204, apud, SANTANNA e BETTINI, s/d, p. 02).

O livro didático representa, em certa medida, o discurso do Estado presente na Escola, podemos indicar o mesmo como elemento de difusão das ideias desta entidade. Esse recurso didático se tornou o principal dispositivo de efetivação do Currículo Oficial no contexto escolar, este que por sua vez está contido, implicitamente, dos interesses estatais. O mesmo se tornou alternativa mais propícia e eficaz para a concretização do currículo, “já que é neles que se condensam os conteúdos e orientam as atividades que guiam tanto os alunos como os professores, (TORRES, 1996, apud CACETE, 2013, p. 49)”. Dando coerência às palavras de Torres, Morales (et. al. 2005, apud DÍAZ, s/d, p. 611) articula que “em relação ao currículo, o livro didático associa-se às determinações do Estado acerca dos saberes legítimos ensinados na escola, atuando neste caso como um dispositivo de gestão político-cultural institucionalizado”.

Lopes (2008, p. 151) fala que “a difusão de propostas curriculares é ainda mais efetiva na medida em que seus princípios são apropriados e veiculados pelo livro didático”. Para atingir essa eficácia a estrutura dos livros é organizada a partir de uma seleção de conteúdos, representações e imagens que condizem com os interesses do Estado. Neste sentido, lá está o que o que convém ser ensinado para determinados interesses, sendo assim o mesmo é mais que um material didático-pedagógico, já que

“através de seu conteúdo e forma, destacam construções particulares da realidade, modos particulares de selecionar e organizar um vasto universo de conhecimento possível”. (APPLE, 1993, p. 115). Uma vez que:

[...] o livro didático é apresentado para os professores como um organizador eficiente dos conhecimentos escolares que, em muitos casos, determina o que deve ser ensinado. De fato, pesquisas sobre o assunto têm evidenciado que os professores tendem a acomodar os seus planejamentos, objetivos, conteúdos, metodologia, incluindo a avaliação, a partir do livro didático escolhido (Grupo Eleuterio Quintanilla, 1998). Considerando-se este dado é possível afirmar que o currículo escolar não se define pelas diretrizes ministeriais nem pelos planejamentos dos docentes – embora ambos sejam fundamentais –, mas por meio das orientações do livro didático. (DÍAZ, p. 613-614).

“Não se deve considerar esse poder como natural, mas sim como um poder que é exercido sobre nós professores [...] e que tem repercussões na formação e no trabalho dos professores e dos estudantes”, (PONTUSCHKA, 2013, p. 439). Com tal realidade, apontada por Pontuschka (2013) e Díaz, pode-se assinalar que os professores, em sua maioria, acabam tornando-se dependentes do LD. Pesquisas pedagógicas indicam que a maioria se apega ao mesmo como se fosse uma espécie de “tábua de salvação”, utilizando-o como único recurso didático. Neste sentido, Fregonezi (2003 apud TAGLIANI, 2009, p. 304) corrobora, ao afirmar que:

Atualmente, o uso de livros didáticos é bastante comum nas escolas e, em muitos casos, facilita sobremaneira a vida do professor, servindo de “tábua de salvação” para professores despreparados e/ou com sobrecarga de trabalho e assumindo o papel de sujeito no processo de ensino-aprendizagem.

Partindo de discussões realizadas em eventos e na Academia, no caso a Universidade Federal de Campina Grande, sobre a realidade do ensino de Geografia, pode-se dizer que essa dependência do livro didático é condicionada por diversos fatores. Em muitas escolas, por falta de investimento dos órgãos competentes, o livro é o único recurso disponível para o processo de ensino-aprendizagem, isso quando tem. Em outras, o trabalho com outros tipos de matérias se torna difícil, levando em consideração a condição financeira dos discentes. O uso do LD também está associado à postura metodológica do professor, que por falta de planejamento, ou de interesse em

buscar por outros recursos metodológicos, também por reflexo de uma formação defasada, acabam se aprisionando ao livro didático.

Neste sentido, Saviani (2008, p. 01 apud FURTADO, 2010, p. 83), diz que “só o livro não adianta. É preciso políticas e ações que melhorem a formação dos professores e melhorem suas condições de trabalho”. Ou seja, é preciso investir no professor, na sua formação e principalmente nas suas condições de trabalho, para que o mesmo possa desempenhar um ensino mais eficaz, inclusive em relação ao LD. O que se quer aqui não é o que o professor negue o livro como recurso didático ou que passe a contestar tudo o que o mesmo traz, mas sim destacar que não basta apontar ou denunciar supostas “mentiras” presentes no livro didático. Deve-se antes de tudo, refletir constantemente sobre seu uso¹. Para isso:

Uma política correta [...] é a de considerar o livro didático como um mero instrumento de trabalho, sem condições de se sobrepor a individualidade do professor que dele se utiliza, mas antes existindo como uma simples ferramenta profissional. E daí tiraríamos o corolário de que não há livros bons para maus profissionais, mal preparado ou mal intencionados para a difícil tarefa de ensinar. Da mesma maneira como não podem existir boas ou más teorias científicas ou processos de aprendizagem, se os profissionais que a aplicam não reunir condições para aplicá-las, nem conhecimentos sobre elas. (PRETI, 1981, p. 54-55).

Esse papel de reprodutor do LD irá depender da postura do professor em sala de aula e da função que o mesmo vai atribuir ao livro. Professores descompromissados com o seu papel vão simplesmente reproduzir o que o LD propõe, mas essa situação tem suas exceções, nem todo professor é conivente com tal comportamento, alguns contestam o livro, procuram outros recursos, visando proporcionar um conhecimento mais crítico e reflexivo aos alunos. O principal embate existente na relação LD e professor é no que concerne à escolha deste material. O professor tem autonomia para modificar essa realidade, Díaz (s/d, p. 620) indica que “o professor é um agente ativo nos processos de mediação e de transformação entre as propostas deste material e os estudantes. Nesta perspectiva, se expressa à autonomia que todo professor possui ao tomar decisões curriculares e pedagógicas em sala de aula”.

¹ FARIA, 1994, apud SILVA; CARVALHO.

O LD se apresenta como um recurso bastante eficaz para o ensino-aprendizagem, desde que bem utilizado. Ele está ao alcance de professores e alunos e apresenta no seu conjunto, textos, referências bibliográficas, imagens, dados, no caso da Geografia, mapas, além de outros elementos que permitem o desenvolvimento de um ensino mais crítico. No qual ao estudar os conteúdos que ali estão condensados os alunos sejam capazes de interpretar e associar com sua realidade, indo além da mera reprodução de conhecimentos prontos e acabados.

Nisso o aluno torna-se outro agente importante no que envolve a discussão sobre o uso do LD, pois o mesmo é em teoria “o sujeito pra quem se escreve²”. Porém pode-se assinalar que sua participação nesse debate, em geral, é muito passiva, pois assim como a maioria dos professores o alunado, em maior parte, também se prende muito a este recurso, fazendo uso do mesmo como única referência no processo de ensino aprendizagem. Talvez isso se dá pelo fato do LD ser a via mais fácil de acesso ao conhecimento e que ali o conteúdo escolar encontra-se sintetizado. Talvez a principal forma de contestação do aluno a este material, que se possa apontar, é quando o mesmo o negligencia em relação aos estudos, sem fazer uso se quer do mesmo como material de apoio, que é a real função do LD. Deste modo:

O livro didático enquanto instrumento auxiliar para prática do professor e do aprendizado do educando, é um simples objeto passível e maleável; mas quanto a sua constituição, tem uma dinâmica própria, pois não é isento de debate que o anula e o re-constrói, ou seja, responde pela produção do ensino. (SILVA, 2006, p. 35).

Neste sentido, o LD serve como dispositivo de legitimação de discursos ideológicos. Essa legitimação se dá pelo fato de que “o livro didático contribui para formar uma concepção de sociedade harmonicamente organizada, com funções distribuídas e relações sociais não conflitantes (por meio de metáforas e conformismo, tais como o papel da abelha em sua colmeia e sua conotação de função estável)”, (SILVA, 2006, p. 66).

Este, por sua vez, como já apontado anteriormente, serve de mediador aos interesses da Elite Capitalista, inclusive na educação. Assinala-se isso no fato de que grandes instituições econômicas, como o Banco Mundial, influenciam nas propostas

² SILVA, 2006, p. 68.

curriculares de diversos países, principalmente nos países em desenvolvimento e essa realidade se aplica ao Brasil. Esta entidade recomenda o LD como melhor forma para colocar o currículo em prática. Cacete (2013, p. 49) afirma que “o Banco Mundial frente às fragilidades e fracassos reais de muitas tentativas de reformas-pacotes aconselhava, à luz do pragmatismo e da questão econômica, o livro texto como via mais fácil, rápida e barata para a consecução do currículo [...]”.

O próprio Banco Mundial, a partir de estudos, marca a importância da biblioteca para a realização de um ensino-aprendizagem mais eficaz, tendo em vista que este espaço pode ofertar diversidade e qualidade, mas mesmo assim a referida instituição aponta o LD como principal recurso didático.

Segundo Torres (1996) alguns estudos promovidos pelo próprio Banco Mundial revelam a importância da biblioteca em comparação com o livro didático, pois a presença de um só ou de muitos livros determina qualidades muito diferentes de ensino e aprendizagem. Apesar disso o livro didático e não a biblioteca está em primeiro lugar nas recomendações do Banco Mundial para os países em desenvolvimento. (CACETE, 2013, p. 50).

Para atender aos interesses dessa elite dominante, representado na figura do Estado e dos grandes capitais, os LD apresentam uma estrutura muito generalizada, que, em muitos casos, se distancia da realidade do aluno e também do professor. Esse distanciamento pode ser assinalado como uma manipulação sobre o indivíduo, onde o conhecimento ofertado na Escola é limitado. Silva (2006, p. 66) diz que “o vínculo do LD com a realidade consistiria em dizer a ideologia dominante para que o discurso intelectual se tornasse autônomo”.

Mas, essa legitimação de discursos ideológicos, a partir do livro, irá depender do uso do mesmo, feito, principalmente, por professores e alunos. Nisso, se faz importante o trabalho do docente, sua postura metodológica e como o mesmo irá utilizar-se dos conteúdos que estão contidos no LD, para a construção do conhecimento dos alunos, associando a sua realidade, e dando maior significação para este recurso didático e os conhecimentos e saberes que estão ali preconizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aponta-se que, a partir do entendimento das relações de poder, a Escola pode ser entendida como um espaço territorial, tendo em vista que a mesma é permeada por conflitos, gerados pelos interesses dos diversos sujeitos que a compõem e que o território consiste em um espaço definido por estas relações. A partir desta perspectiva da Escola como território assinala-se que o LD, como um dos elementos que a constitui, também está presente no meio dessas disputas. Este apresenta-se como recurso mais viável para a consolidação do currículo, que carrega muitos interesses, pertinentes aqueles que exercem o poder.

Por meio das reflexões feitas observou que o LD tem se tornado o principal recurso didático utilizado em sala de aula, quando muitas vezes o único. E que muitos docentes tendem apenas a reproduzir os conteúdos que estão ali presentes. Tal situação pode ser apontada como reflexo da falta de estrutura da escola em oferecer outros tipos de recursos, consequência da falta de investimentos ou pelo próprio professor que não busca outros recursos metodológicos, e se apoia no livro como eixo norteador pra suas aulas, entre outros fatores. Tal situação tende a favorecer ainda mais a consolidação dos interesses que neles estão embutidos, transformando a educação escolar num sistema de simples reprodução, sem o desenvolvimento de uma postura crítica por parte dos educandos.

No entanto, existem outras possibilidades de uso para o mesmo, contrariando os interesses que podem estar presentes nas páginas desse material. Pois, o LD se apresenta como material muito útil para o ensino, devido ser de fácil acesso e aos elementos que apresentam, como textos e imagens, que quando bem trabalhados, permite um ensino-aprendizagem de maior qualidade. Existem professores que o utilizam apenas como mais um recurso, indo além da mera reprodução, e contribuindo para a formação de alunos mais críticos e conscientes. O LD está sim carregado de interesses, mas eles só irão se efetivar na Escola dependendo do posicionamento do professor em sala de aula.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. A política cultural de livros didáticos. In: _ Revista de Educação, 1993, p. 109-126.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: _ (org.) ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999, p. 529-575.

CACETE, Núria Hanglei. Reforma educacional em questão: os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia e a formação de professores para a escola básica. In: _ ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa; (Org). **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013, p. 47-58.

DÍAZ, Omar Rolando Turra. **A atualidade do livro didático como recurso curricular**. Linhas Críticas. Brasília: vol. 17, nº. 34, p. 609-624, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1935/193522070010.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2014.

FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. Introdução: o percurso da pesquisa. In: _ **Os exercícios no livro didático de Geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Políticas públicas na trajetória do ensino e da formação dos professores: a construção de conhecimentos. In: _ ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa; (Org.) **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013, p. 433-454.

PRETI, Dino. Livro didático e educação no contexto cultural brasileiro. In: _ MARCO, Valéria de; et. al. **Língua e literatura: o professor pede a palavra**. São Paulo: CORTEZ, 1981, p. 53-58.

SANTANNA, Adriene; BETTINI, Rita Filomena de Andrade Januário; **Ideologia no livro didático de história: um diálogo inicial**. UNESP. Presidente Prudente.

SANTOS, Marcelo Sousa. Capítulo 2 – Quadro teórico fundamentador. In: _ **A Construção de Identidades no Livro Didático de Língua Estrangeira: uma**

Perspectiva Crítica. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade de Brasília. Brasília, 2013, p. 21-101.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Jeane Medeiros. O livro didático no contexto brasileiro: as condições constitutivas de sua produção e a questão ideológica. **In: A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de Geografia na ótica da análise do discurso.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 34-70.

SILVA, Robson Carlos da; CARVALHO, Marlene de Araújo; **O livro didático como instrumento de difusão de ideologias e o papel do professor intelectual transformador.** Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.2/GT2_24_2004.pdf>. Acesso em fevereiro de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato; **Geografia: conceitos e temas.** 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O processo de escolha do livro didático de língua portuguesa. In: **Linguagem em (Dis)curso.** Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 303-320, maio/ago, 2009.